

NOTÍCIAS CNTV/VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 09/Mai



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 1503 | 2016



Presidente em exercício da Câmara anula votação do impeachment

Waldir Maranhão (PP-MA) acolheu pedido da Advocacia-Geral da União. Maranhão assumiu presidência da Câmara com afastamento de Cunha.

O presidente interino da Câmara, deputado Waldir Maranhão (PP-MA), decidiu nesta segunda-feira (9) anular a votação do impeachment da presidente Dilma Rousseff, ocorrida no dia 17 de abril. Ele acolheu pedido feito pelo advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo.

O deputado do PP, que substituiu Eduardo Cunha na presidência da Câmara na semana passada depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu afastar o peemedebista do comando da casa legislativa, marcou uma nova votação do pedido impeachment para daqui a 5 sessões do plenário da Câmara, contadas a partir do momento em que o processo for devolvido para a Casa pelo Senado.

Em nota divulgada à imprensa, Maranhão diz que a petição da AGU ainda não havia sido analisada pela Casa e que, ao tomar conhecimento dela, resolveu acolher. Na decisão, ele argumenta “ocorreram vícios que tornaram nula de pleno direito a sessão em questão”.

Para Maranhão, os partidos políticos não poderiam ter fechado questão a favor ou contra o impeachment. Quando há o chamado fechamento de questão, os deputados devem seguir a orientação partidária sob pena de punição, como expulsão da legenda.

“Não poderiam os partidos políticos terem fechado questão ou firmado orientação para que os parlamentares votassem de um modo ou de outro, uma vez que, no caso deveriam votar de acordo com as suas convicções pessoais e livremente”, destacou o presidente em exercício da Câmara na decisão.

Maranhão argumenta ainda que os deputados não poderiam ter anunciado suas posições antes da sessão da Câmara que decidiu dar continuidade ao processo de afastamento da presidente Dilma. Ele também afirma que a defesa de Dilma deveria ter tido o direito de falar durante a votação do impeachment.

“Não poderiam os senhores parlamentares antes da conclusão da votação terem anunciado publicamente seus votos, na medida em que isso caracteriza prejulgamento e clara ofensa ao amplo direito de defesa que está consagrado na Constituição. Do mesmo modo, não poderia a defesa da senhora Presidente da República ter deixado de falar por último no momento da votação, como acabou ocorrendo”, afirma.

Por fim, Maranhão alegou que o resultado da votação deveria ter sido formalizado por resolução, por ser, segundo ele, o que dispõe o regimento interno da Câmara dos Deputados e o que estava previsto no processo de impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello.

“Por essas razões anulei a sessão realizada nos dias 15, 16 e 17 e determinei que uma nova sessão seja realizada para deliberar sobre a matéria no prazo de 5 sessões contados da data em que o processo for devolvido pelo Senado à Câmara dos Deputados”, disse.

“Para cumprimento da minha decisão, encaminhei ofício ao presidente do Senado, para que os autos do processo de impeachment sejam devolvidos à Câmara dos Deputados”, concluiu Waldir Maranhão.

Fonte: G1

Vigilantes da Empresserv cobram salários atrasados no RN



Vigilantes cobram salários atrasados. Sindicato vai convocar assembleia com indicativo de greve.

Na manhã de sexta-feira (06) o Sindsegru-RN realizou um ato público em frente à sede da Empresserv, na zona norte de Natal. Os protestos foram encerrados depois de uma reunião entre representantes do sindicato e da empresa. Segundo o coordenador geral do Sindsegru, Francisco Benedito (Bené), se até a próxima segunda-feira a empresa não pagar os salários atrasados o sindicato vai convocar uma assembleia com indicativo de greve.

“Faz dois meses que encaminhamos uma ação judicial no Tribunal Regional do Trabalho solicitando o bloqueio das contas da Prefeitura de Macaíba e da Empresserv com o objetivo de garantir o pagamento dos salários dos dez vigilantes que trabalham nos postos de serviços da prefeitura. Já foram bloqueados R\$ 45 mil, faltando apenas o juiz encaminhar o alvará. O

sindicato faz a sua parte e a Justiça do Trabalho determina os devidos encaminhamentos. Na verdade, o problema é a má vontade da Empresserv, pois o atraso de salário é uma constante nesta empresa”, afirmou Bené.

É preciso estar atento aos próximos passos da luta e participar das atividades convocadas pelo sindicato.

Fonte: Sindsegru-RN



Trio amarra vigilante de empresa e arromba cofres em Campina Grande (PB)

Vigilante ficou cerca de uma hora com as mãos amarradas, segundo a PM. Grupo arrombou cofres, mas não foi confirmado se havia dinheiro no local.

Três homens armados invadiram uma empresa no bairro Distrito Industrial, em Campina Grande e arrombaram dois cofres. O único vigilante que havia no local foi rendido e amarrado pelos suspeitos durante a ação. A Polícia Militar não confirmou se o grupo conseguiu levar dinheiro do estabelecimento. O caso aconteceu na noite de sábado (7), por volta das 23h40. Segundo o Centro Integrado de Operações da Polícia Militar (Ciop) quando os militares chegaram na empresa, encontraram o vigilante amarrado.

De acordo com o depoimento da vítima, os três homens entraram na empresa armados e usando máscaras no rosto. O vigilante contou que não trabalha armado e ficou com as mãos presas por cerca de uma hora. Depois de render o funcionário, os homens foram pegar ferramentas do lado de fora da empresa. O grupo arrombou os dois cofres, mas, o vigilante disse que não sabia se havia dinheiro no local.

De acordo com a empresa, a ação foi flagrada por cerca de 20 câmeras de segurança e as imagens ficam armazenadas em dez centrais diferentes. O material vai ser encaminhado para a Polícia Civil, que vai investigar o caso.



Fonte: G1

Contraf-CUT e Fenaban discutem projeto-piloto de segurança bancária em segunda reunião do ano



Representantes dos trabalhadores se reúnem com Fenaban na Mesa Temática de Segurança Bancária - Jailton Garcia

Dando continuidade ao calendário de discussão da Mesa Temática da Comissão Bipartite de Segurança Bancária, a Contraf-CUT e a Fenaban discutiram, nesta quarta-feira (4), em São Paulo, sobre o projeto-piloto de segurança bancária. Na ocasião, ficou acordado que o projeto implementado nas cidades de Recife, Jaboatão e Olinda, denominado “Pacto de Recife” será renovado por mais dois anos, sendo ampliado para todas as agências, sem exceção, incluindo agências de shopping e as agências de negócios.

Segundo o secretário de Políticas Sindicais da Contraf-CUT e coordenador do Coletivo Nacional de Segurança Bancária, Gustavo Tabatinga, há um entendimento entre a Fenaban e o movimento sindical que o projeto-piloto de segurança bancária tem que ser ampliado para todo o Brasil. “A intenção é para mais duas praças, inicialmente. Além disso, para que o projeto seja implantado em novas praças tem que incluir mais itens de segurança. Esta proposta já foi levada anteriormente, pois a ideia é ampliar e

agregar mais dispositivos de segurança”, explicou Gustavo. Porém, a Fenaban propôs que o mesmo projeto implantado no Recife seja levado para mais duas cidades, o que não foi aceitado pelo movimento sindical.

Segundo o secretário, atualmente no Brasil há várias leis municipais que tratam da segurança bancária, o movimento sindical posicionou-se contrário à proposta feita pela Fenaban, de dar segurança jurídica e defender alterações nas legislações municipais, para que estas ficassem similares aos projetos-pilotos de segurança a serem implementados em duas novas cidades. “Nós não concordamos em alterar lei para igualar ao projeto de teste, mas sim o contrário”.

Sequestro – Trabalhador não pode ser penalizado

Outro tema discutido na reunião foi que nos casos de sequestros de bancários ou seus familiares, o trabalhador não pode ser penalizado por normativas internas de bancos. Como foi o caso do sequestro do funcionário do Santander em Pernambuco recentemente, onde o bancário além de sofrer toda agressão psicológica e física também foi penalizado pelo banco com demissão por justa causa.

Este ponto foi abordado e esperamos que na próxima reunião, a Fenaban tenha sensibilidade para tratar deste assunto que já foi minuta na CCT de 2015.

A próxima reunião está prevista para o dia 18 de julho, onde a Fenaban trará retorno das propostas enviadas, além dos dados estatísticos do primeiro semestre de 2016.

Projeto “Pacto de Recife” terá ampliação de dois anos. Outro tema abordado foi sequestro de bancários. Os mesmos não podem ser penalizados pelos bancos

Fonte: Contraf-CUT

Ministério do Trabalho abre arquivos sobre a ditadura



14ª Plenária da CUT, em 2014, homenageou trabalhadores vítimas da ditadura

Após pressão da CUT, decreto criou Comissão da Verdade para crimes contra sindicalistas

O Ministério do Trabalho e Previdência Social atendeu a uma reivindicação histórica da CUT e anunciou na última segunda-feira (2) a criação de uma comissão da verdade que vai investigar intervenções em sindicatos e prisões de sindicalistas entre 1946 e 1995, com destaque para o período da ditadura militar.

Uma portaria assinada pelo ministro Miguel Rosseto estabelece a abertura e organização de arquivos da pasta para pesquisa, após pressão da Central, por meio do Cedoc (Centro de Documentação da CUT) e do Centro de Referências Memórias Reveladas do Arquivo Nacional.

A medida que cobra o levantamento e o recolhimento da documentação do ministério consta na página 50 do relatório da Comissão da Verdade da Central e foi inserida no relatório final do Grupo de Trabalho Ditadura e Repressão aos Trabalhadores, Trabalhadoras e ao Movimento sindical.

Secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos da CUT, Jandyra Uehara, aponta que o acesso aos arquivos é fundamental para comprovar a repressão sofrida pela classe trabalhadora.

“A portaria assinada pelo ministro Miguel

Rosseto dá início à organização e ao tratamento dos arquivos do Ministério do Trabalho, o que é fundamental para dar acesso e vida à importante documentação que mostram e comprovam as violências e violações sofridas pelas organizações sindicais nos vários períodos em que o estado de exceção tomou conta do país.”

Para ela, o direito à verdade só ocorrerá, de fato, se houver acesso às informações e documentos para recontar e trazer à tona a história de resistência dos trabalhadores.

“Conhecer a verdade, os mecanismos utilizados para destruir e enfraquecer as organizações sindicais na história recente do nosso país é fundamental para fortalecer as lutas atuais no enfrentamento do golpe que está em curso no Brasil. E uma maneira de não aceitarmos, sob hipótese algum, que isso ocorra”, falou Jandyra.

Comissão da Verdade - A Comissão Nacional da Verdade investigou durante dois anos os crimes ocorridos durante a ditadura militar (1964-1985) e entregou o relatório final em 2012. O conteúdo apontou que 536 sindicatos estiveram sob intervenção entre 1964 e 1970. O documento aponta que ao menos 114 trabalhadores foram assassinados oficialmente no país, sendo 35 sindicalistas.

Fonte: CUT

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF